



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 14 | Nº. 27 | Jul./Dez. de 2022

Alexia de Santana Rosa

*Mestranda em História Social pela Universidade Federal
do Rio de Janeiro-UFRJ.*

alexiasantana0245@gmail.com

O CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA E O MORRO DO CASTELO: manutenção da paisagem e da memória urbana.

RESUMO

Este artigo se propõe a analisar como as classes dominantes da cidade do Rio de Janeiro, diante do Centenário da Independência do ano de 1922, empreenderam reformas urbanas, sendo a derrubada do Morro do Castelo a maior delas, com o objetivo de apagar da imagem da memória urbana, pensada no período, as classes subalternas e seus espaços de sociabilidade, considerados um atraso.

Palavras-chave: Centenário da Independência. Morro do Castelo. Memória urbana.

THE CENTENNIAL OF INDEPENDENCE AND THE MORRO DO CASTELO: maintenance of the urban landscape and memory

ABSTRACT

This article aims to analyze how the ruling classes of the city of Rio de Janeiro, in the face of the Centenary of Independence in 1922, undertook urban reforms, with the overthrow of Morro do Castelo being the biggest one, with the objective of erasing from the image of urban memory, thought in the period, the subaltern classes and their spaces of sociability, considered a delay.

Keywords: Centennial of Independence. Morro do Castelo. Urban memory.

Introdução

O início do século XX no Brasil foi marcado por diversas transformações importantes que visavam modificar os rumos do país e modificar a memória oficial que representasse o Brasil e suas especificidades (MOTTA, 1992). Influenciados por grandes metrópoles europeias que empreenderam reformas urbanas radicais nesse período, diversos intelectuais brasileiros apoiaram essas transformações no Distrito Federal, na época a cidade do Rio de Janeiro (MOTTA, 1992; PAIXÃO, 2008).

Um dos pontos ápice dessas transformações foi o Centenário da Independência no ano de 1922, que promoveria exposições relacionadas à modernização do país na capital e que pretendia mostrar o desenvolvimento do país ao capital estrangeiro, atraindo recursos e investimentos internacionais para a nação (MOTTA, 1992).

Dessa forma, o período de preparação para o Centenário foi intenso, com reformas urbanas que modificaram radicalmente a paisagem carioca, visando melhorar a mobilidade urbana, diminuir epidemias, mas também mostrar ao mundo apenas elementos específicos. Esses elementos, que acompanhariam o progresso do país, acabavam excluindo os espaços de sociabilidade e habitações das classes subalternas, que residiam no centro da cidade. Assim, milhares de casas de cômodos, cortiços e, um dos objetos deste artigo, o Morro do Castelo, foram demolidos em nome da limpeza da cidade (MOTTA, 1992; PAIXÃO, 2008).

Como veremos a seguir, os argumentos giravam em torno da “barbárie” desses espaços, da sujeira que neles havia, da falta de moralidade dos moradores, dentre outras diversas questões (MENEZ, 2014), fatores que demonstram a construção de uma imagem deturpada sobre esses locais que posteriormente, no ápice do Centenário da Independência, culminaria com a devastação total do Morro do Castelo (MOTTA, 1992; PAIXÃO, 2008).

Diante desses fatores, esse artigo pretende analisar como a tentativa de modificação da memória urbana e cultural pelas classes dominantes significou a destruição das memórias e da sociabilidade das classes subalternas do período, que precisaram se realocar em outros espaços. Analisaremos como esse processo demonstra um embate de forças que visava salvaguardar determinadas memórias e apagar outras consideradas imorais e indignas de fazerem parte do progresso do país. Além disso, traremos um panorama geral sobre a configuração do Morro do Castelo no período, bem como a visão que os castelenses tinham do local em que moravam.

Apesar desse tema já ter sido trabalhado em demasia pela historiografia, acreditamos que suas possibilidades e sua relação com o presente ainda o mantém latente e útil para revisão.

O Morro do Castelo como motivo de preocupação

O Morro do Castelo se localizava no atual centro da cidade do Rio de Janeiro, na freguesia de São José e era um importante local econômico, político e social, marcando a cidade desde sua formação até a demolição, em 1922 (PAIXÃO, 2008). O lugar abrigou uma série de prédios e monumentos importantes, além de atividades de sociabilidade que agitavam o Morro, como mercados, instituições administrativas, dentre outros locais (PAIXÃO, 2008).

Também devido à agitação do local, o espaço começou a virar motivo de preocupação no que diz respeito ao comportamento dos moradores, tanto higiênico, quanto moral, trazendo o Morro para a pauta política como um motivo de preocupação (PAIXÃO, 2008).

Junto a isso, em um contexto mais geral, algumas capitais europeias estavam passando por grandes reformas inspiradas por teorias higienistas, que planejavam reformular os centros urbanos nos moldes da modernidade. No Rio de Janeiro, esse período foi marcado por mudanças que incluíam a introdução de bondinhos elétricos, expansão da malha ferroviária, instalação de esgotos, abertura de grandes avenidas, dentre outros, que modificaram profundamente a cidade (MOTTA, 1992; PAIXÃO, 2008). Porém, para além dessas questões que davam mais praticidade no que diz respeito à mobilidade urbana, muitos bairros residenciais, que incluíam cortiços, casas de cômodos e morros, foram devastados, deixando esses moradores sem destino (MOTTA, 1992; PAIXÃO, 2008).

Nesse sentido, como nos mostra Claudia Paixão (2008), o Morro, que desde o fim do século XIX já era alvo constante de reclamações que alegavam que a formação geológica causava epidemias, evitava a circulação de ar e atrapalhava a estética da cidade, passou por duas grandes demolições.

A primeira, em 1904, durante a administração de Pereira Passos, quando foi aberta a Avenida Central, demolindo a ladeira do Seminário e boa parte do próprio Morro. Com esta demolição o Morro passou a ter outro limite na sua extensão: as costas da Biblioteca Nacional e da Escola de Belas Artes. A segunda, e definitiva, demolição foi iniciada em 1921 e bastante discutida na imprensa, entre governantes e intelectuais. Houve várias atividades solene no

Morro, como a última missa dos capuchinhos, que lotou a igreja com cerca de 10.000 pessoas e a procissão de traslado dos ossos de Estácio de Sá e do marco da cidade. (PAIXÃO, 2008, p. 19)

Paixão (2008) também alerta para argumentos favoráveis à derrubada que usavam de forma desqualificadora o perfil socioeconômico dos castelenses (moradores do Morro no período) como argumento para a reforma radical. Segundo a autora:

Elaborar uma imagem negativa do Morro e de seus moradores ajudaria bastante na ação do desmante. Em setembro de 1921 havia no Morro do Castelo 408 prédios onde habitavam 4200 pessoas. Pouco se fala a respeito desses agentes sociais. Periódicos da época, como a revista *Careta*, ao apoiar o desmante, representavam seus moradores como pobres, desarticulados, sujos e mal vestidos, destoando do novo cenário composto pela praça Cinelândia, no final da agora avenida Rio Branco. Até mesmo os que se colocavam contrário ao desmante argumentavam em nome da tradição, do patrimônio, da história e da beleza natural existentes no Morro. Sobre os moradores e suas residências, o discurso girava em torno da pobreza e da falta de higiene em que se encontravam. (PAIXÃO, 2008, p. 21-22)

Diante desses argumentos acionados na época para defender a derrubada do Morro como uma forma necessária de modernizar o país e a cidade na década do Centenário da Independência, Alexsandro Menez (2014) conclui que a expulsão dos moradores, bem como a demolição do Morro e de suas moradias ocorreu porque os castelenses eram vistos como indivíduos irrelevantes, com ideais desconexos dos discursos de modernização da capital. Esses indivíduos (pobres, negros, mestiços e trabalhadores) eram considerados parte da barbárie a ser sanada, impediam o Brasil e a cidade do Rio de Janeiro de alcançar o patamar de civilização europeu (MENEZ, 2014).

O Centenário da Independência e a reformulação da Capital

Como nos mostra Marly Silva da Motta em seu livro *A Nação faz 100 anos: a questão nacional no Centenário da Independência* (MOTTA, 1992), as reformas empreendidas no Rio de Janeiro do início do século XX, logo após a Proclamação da República, foram uma necessidade de transformar a cidade em uma metrópole nos moldes europeus para que recebesse visitas de prestígio na comemoração do Centenário da Independência do país.

Havia uma preocupação, principalmente da imprensa, sobre as reformas que deveriam ser empreendidas:

Numerosas sugestões de como preparar o Rio para as próximas festividades do Centenário inundaram a imprensa carioca no correr de 1920. Uma análise dessas indicações permite perceber a preocupação acentuada com a expansão da malha urbana do centro da cidade, acanhado e congestionado na opinião da maioria, demonstrando a necessidade de se retomar as reformas de Pereira Passos. Razões de ordem econômica e estética estão presentes nas argumentações em favor da abertura de uma nova avenida - a Avenida da Independência, é claro - partindo da Avenida Rio Branco até a Praça da República, ou ainda do alargamento das ruas Primeiro de Março, Buenos Aires, Andradas e Avenida Passos e da demolição de "construções arcaicas" na Praça XV na Avenida do Mangue, na rua General Caldwell. Trata-se, e, por um lado, de desafogar a zona central da cidade, permitindo uma expansão das atividades comerciais em região tão valorizada economicamente, e, por outro, de reconstruir ruas com prédios alinhados "à maneira da rua do Rivoli, em Paris (...) para não fazermos feio aos olhos dos milhares de forasteiros que nos visitarão".¹⁷ Novas avenidas cruzando a cidade, amplos boulevards abrigando construções gabaritadas e permitindo o livre trânsito de pessoas, veículos e mercadorias, esta seria a garantia de ingresso da capital do Centenário no fechado círculo das metrópoles modernas e civilizadas. (MOTTA, 1992, p. 50)

Nesse sentido, como nos mostra Motta (1992) ao longo de seu livro, há nesse período uma tentativa de remodelamento da cidade, da memória e da paisagem urbana, que deveriam ser bem vistos aos olhos externos, além de, para os que propunham essas mudanças, ajudar de forma prática na diminuição das epidemias, na funcionalidade e na estética da cidade.

A autora indica que após a Proclamação da República e, visando a chegada do Centenário da Independência do Brasil, uma série de esforços intelectuais e práticos foram colocados em ação para demonstrar a força do Brasil em progresso e desenvolvimento, e "salvar" o país, repensando-o através de um balanço do que foi o passado (e do que se queria que fosse esse passado); do que era o presente e como consertá-lo; e do que se queria para o futuro (MOTTA, 1992). Porém, essas tentativas eram totalmente influenciadas pela modernidade europeia, e não levavam em consideração as pluralidades e a realidade nacional. Isso, como nos mostra Motta (1992), acarretou na necessidade de eliminar os vestígios do que era considerado atraso, o que significava apagar fisicamente e doutrinar moralmente as classes perigosas, através de reformas e da repressão desses indivíduos. Com a seleção desses elementos de atraso, da representação da barbárie dentro do espaço urbano, em contraposição ao progresso e à modernidade, as classes ditas perigosas eram colocadas em evidência e responsabilizadas pelas mazelas do país (MOTTA, 1992).

As discussões sobre o arrasamento ou a manutenção do Morro do Castelo, localizado no coração do Rio de Janeiro, giraram explicitamente em torno do melhor caminho que possibilitaria à "cidade maravilhosa" torne uma "cidade do século XX". A derrubada do "infecto monturo", antro da desordem e da "barbárie", e sua substituição pelos reluzentes pavilhões da Exposição Internacional, revelaram a opção por um determinado padrão de modernidade que deveria ser modelo para todo o país. (MOTTA, 1992, p. 116)

Dessa forma, as classes dominantes se mobilizam, junto com a imprensa e os intelectuais, na seleção de elementos específicos a serem sanados, elegendo o mau da nação e justificando a derrubada de morros, expulsão de indivíduos de suas residências, dentre outras questões (MOTTA, 1992). Há aí a seleção de quais memórias seriam dignas de permanecerem visíveis e quais deveriam estar subterrâneas para a construção de um ideal de nação que seguisse o progresso e o desenvolvimento das grandes metrópoles europeias.

Espacialidade, memória e patrimônio

Como nos mostram alguns autores da Geografia como Milton Santos (SANTOS, 2006), Roberto Lobato Corrêa (CORRÊA, 2000), Antonio Carlos Robert Moraes e Wanderley Messias da Costa (MORAES; COSTA, 1987), a dimensão física de uma cidade traz muitos indícios sobre os processos e dinâmicas sócio-culturais que ela passa. Ainda sobre esse tema, Mike Savage (2011) nos indica que os lugares, os espaços físicos de uma cidade ou do campo (como o Morro do Castelo e as áreas centrais do Rio de Janeiro a serem reformadas naquele período) são habitats dos grupos que neles residem, sendo um aspecto fundamental e parte do processo de formação de classe. As classes os marcam de tal forma que se tornam parte de sua construção, não apenas no sentido espacial físico, mas também social e cultural. Elas acabam construindo suas vidas e se relacionando de modo que deixam suas marcas nesses locais, suas características, e também seus estigmas (ROSA, 2020).

Além disso, Nestor Canclini (1994) em suas discussões sobre patrimônio e construção de uma memória nacional, nos indica que, para além de simplesmente marcar os espaços, a sociabilidade existente em uma cidade constitui seu patrimônio cultural. Para o autor, o patrimônio cultural

[...] não abarca apenas os monumentos históricos, o desenho urbanístico e outros bens físicos; a experiência vivida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos. [...] (CANCLINI, 1994, p. 99)

Como nos mostra Alexia Rosa (2020) em relação à cidade do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX e a partir de vestígios na revista ilustrada *Arquivo Vermelho*, os bairros centrais da cidade, onde as classes mais pobres residiam e que foram radicalmente modificados durante as reformas urbanas do início do século XX (incluindo o Morro do Castelo), eram considerados mais perigosos apenas por abrigar esses indivíduos trabalhadores, pobres, negros, mestiços e imigrantes. A imprensa os enxergava e retratava esses espaços de sociabilidade como uma ameaça à ordem pública, ao progresso do país, o que, como nos mostra Motta (1994), acabou contribuindo e sendo um dos pilares para os argumentos que justificaram as reformas que se diziam necessárias para a recepção do Centenário da Independência em 1922 e para a construção de uma nação moderna, nos moldes do progresso e das grandes capitais europeias.

Para aprofundarmos ainda mais nessa temática, precisamos recorrer a Pierre Nora, um autor muito importante para discutirmos lugares de memória (1993). Nora nos indica que a memória de determinado grupo está contida em seu cotidiano, nos locais em que esse grupo frequenta, nos seus costumes compartilhados, nas suas vivências, dentre outras diversas atividades que se mantêm vivas e são inerentes à sociabilidade desses indivíduos (NORA, 1993).

Régine Robin em seu livro *A memória Saturada* (2016) nos dá exemplos de como os espaços urbanos podem ser modificados com o intuito de apagar uma memória específica de forma proposital, com o objetivo de substituí-la por outra que algumas classes dominantes julgam ser mais representativa ou digna de ser lembrada, selecionando assim as memórias que mereceriam permanecer visíveis para a sociedade como um todo.

Além de Robin e Nora, Michael Pollak (1989) também disserta sobre os espaços de memória, onde indica que a memória coletiva de um local é uma imposição, uma forma de marcar a dominação ou violência simbólica de alguns grupos sobre outros. Esse ato visaria reforçar a coesão social pela adesão do grupo às memórias criadas (POLLAK, 1989). Mas para além disso, o autor também indica que há uma seletividade nas memórias, principalmente oficiais, que geralmente são opostas às memórias rechaçadas, as memórias subterrâneas, que geralmente são resgatadas pela História Oral (POLLAK, 1989).

Pollak dá vários exemplos em seus textos de períodos históricos em que os grupos dominantes selecionam memórias consideradas dignas, a fim de revisar o seu passado, na tentativa de construção de um determinado futuro e um novo presente. Nesse sentido, a memória oficial que pretende forjar um passado, acaba deixando memórias subterrâneas no silêncio, que sobrevivem na resistência, mantendo-se vivas, e, em certos momentos, voltando à tona (POLAK, 1989).

Memória, sociabilidade e características da população castelense

Esse processo de seleção de memórias, monumentos, espaços e representações feito pelo Estado em busca da construção de uma memória ou uma estética que corresponda aos padrões de moralidade dos grupos dominantes ocorreu de maneira muito expressiva nas primeiras décadas do século XX na cidade do Rio de Janeiro, na época Distrito Federal. Como nos mostra Fernanda Ribeiro (2020) e Marly Motta (1992), as comemorações do Centenário da Independência em 1922 se traduzem como uma tentativa de demonstrar internacionalmente o progresso e o desenvolvimento do país e atrair investimentos estrangeiros. Porém, para tal demonstração, apenas elementos específicos e estratégicos da cidade foram selecionados para serem exibidos. Outros, como o Morro do Castelo e áreas de cortiço (onde as classes subalternas residiam), foram devastados com o intuito de serem escondidos e limpos (RIBEIRO, 2020; MOTTA, 1994; PAIXÃO, 2008, MENEZ, 2014).

Para funcionar de forma efetiva, o contexto social, político e econômico como um todo influenciou essas transformações, bem como a construção dos estigmas que embasaram as reformas. Porém, é importante olharmos como era, na prática, a constituição do Morro do Castelo e algumas características de sua população e de sua sociabilidade. Claudia Paixão em sua dissertação traz informações interessantes que esclarecem um pouco da nebulosidade criada pela imprensa e Estado ao redor da imagem desses grupos (PAIXÃO, 2008). Através do estudo de ocorrências policiais, a autora constata que eram muito comuns no Morro as casas de cômodo, que abrigavam a maioria dos moradores (PAIXÃO, 2008). Esses moradores tinham profissões como trabalhadores domésticos, carregadores, comerciantes, alfaiates, operários, carpinteiros, sapateiros, caixeiros, donos de botequim, ferreiros, leiteiros, jornaleiros, ourives, pedreiros, peixeiros, quitandeiros, pintores, soldados, tarefeiros, vendedores, dentre outras categorias (PAIXÃO, 2008).

Outra informação importante coletada sobre a população castelense e que contraria o discurso midiático da época, é a classificação de cor dos indivíduos envolvidos em crimes, com a maioria dos envolvidos de cor branca e minoria de cor negra (PAIXÃO, 2008). A autora sugere que isso poderia se dar devido à grande concentração de imigrantes portugueses e italianos no Morro ou à falta de detalhamento nas ocorrências policiais.

De maneira geral, a autora constata que os moradores do Morro do Castelo formavam uma espécie de rede de solidariedade e proteção, o que pode ter dificultado a ação do Estado em retirar esses indivíduos de suas moradias no período que antecedeu a reforma (PAIXÃO, 2008). Para sobreviver nesse contexto, tarefa que não parecia ser fácil para os mais pobres, Paixão indica que eles criaram mecanismos de proteção, já que tinham uma relação muito próxima devido à forma como ocupavam o Morro, além se organizarem para desvencilhar o controle policial, muito expressivo no local (PAIXÃO, 2008). Inúmeras estratégias eram criadas, já que os moradores eram duramente perseguidos pela polícia, que tinha um posto de vigilância aos pés do Morro.

O local de moradia para essas pessoas era vital para sua sobrevivência. Tais profissões dependiam diariamente de uma demanda que o centro da cidade naquele momento, quando ainda concentrava um grande número de moradores, era essencial para a manutenção de uma clientela. Até que, dentro do contexto das comemorações do primeiro centenário da independência do Brasil para transformar a cidade em um centro urbano moderno e acabar de vez com o passado colonial, não sobreviveu mais, pelo menos no espaço mais nobre da nova capital: a avenida Rio Branco. Para alguns setores das elites, o morro do Castelo e sua população não eram condizentes com a imagem moderna que se queria para o Rio de Janeiro e para retirá-los de onde estavam, as autoridades locais não pouparam dinheiro, tecnologia e descaso. (PAIXÃO, 2008, p.166)

Além dessa visão refletida sob a perspectiva das ocorrências policiais, Paixão (PAIXÃO, 2008) também traz em seu texto algumas entrevistas feitas com moradores do Morro no período do desmonte, o que nos mostra o afeto que esses indivíduos sentiam pelo local em que construíram suas redes de apoio. Para eles, o Morro do Castelo era um refúgio, “um lugar de referência e nada tinha de degradado, perigoso e insalubre”, mesmo que no morro houvessem algumas contravenções penais como roubos, furtos, assaltos, dentre outras (PAIXÃO, 2008, p.183)

Como vimos anteriormente, o espaço é um componente essencial para a formação de classe, para a construção de identidades, uma esfera em que a memória

de um grupo é posta em movimento de construção e de reconstrução (SAVAGE, 2011). Para os castelenses, o Morro do Castelo não era diferente, já que em suas entrevistas eles sempre se referem a esse local de forma a amenizar as dificuldades que tinham e ressaltando a qualidade de vida que o Morro lhes proporcionava (PAIXÃO, 2008). Esses moradores falam do Morro de forma nostálgica, amenizando as ocorrências policiais e as desavenças constantes no local. Mostram também as dificuldades de sair de um local, para eles seguro e sem muitos problemas, e se locomover para outros bairros, que, mesmo com questões parecidas com as do Morro, eram piores em vários aspectos de acordo com sua visão.

Considerações finais

Diante dos indícios colhidos ao longo do texto, percebemos que, durante as primeiras décadas do século XX, houveram várias tentativas de construção de uma imagem que pretendia acompanhar o progresso e a modernidade, muito bem quistos no período. O Centenário da Independência teria sido um dos eventos ápices dessa construção, um momento em que a nação, e principalmente a cidade do Rio de Janeiro (capital no período), deveria estar preparada, com os males expurgados para que mostrasse força e desenvolvimento para as grandes potências (MOTTA, 1992; PAIXÃO, 2008).

Nesse sentido, e partindo de uma construção imaginária deturpada das classes perigosas e de seus lugares de sociabilidade, uma série de argumentos reformistas, higienistas e progressistas foram levantados com o intuito de demolir e “limpar” os espaços que esses grupos subalternos (trabalhadores, pobres, negros, mestiços e estrangeiros) frequentavam. Para tanto, esses intelectuais e a imprensa alegavam que esses ambientes eram a causa das epidemias recorrentes na cidade, da imagem do atraso do país e da deturpação da moralidade da cidade (MENEZ, 2014; PAIXÃO, 2008).

A partir de alegações desse tipo, a cidade foi radicalmente modificada, com milhares de casas de cômodos e cortiços demolidos e o Morro do Castelo, um dos elementos geológicos mais importantes da cidade, devastado sob a alegação de limpeza da cidade. Além disso, a malha ferroviária da cidade foi expandida, linhas de bondinhos foram implantadas, bem como a situação do esgoto e outras foram resolvidas (PAIXÃO, 2008).

Porém, como vimos, os espaços de uma cidade são muito mais do que apenas as construções físicas que ele abriga. Os espaços são elementos fundamentais na sociabilidade das classes que eles frequentam, sendo um dos elementos das dinâmicas de formação de classe, sua socialização e um dos pilares de sua memória. Isso significa dizer que, quando um espaço é radicalmente modificado, e, mais grave ainda, “limpo”, isso acaba sendo um atentado à memória dos grupos que nele residiam (NORA, 1993; POLLAK, 1989; SAVAGE, 2011; SANTOS, 2006; ROBIN, 2015).

E, como os grupos mais pobres eram considerados um elemento da barbárie que assolava a cidade e precisava ser sanada, a remoção dos seus bairros do centro do Distrito Federal é um ato extremamente simbólico que diz respeito à seletividade das memórias que se queria carregar ou não nesse novo caminho a ser traçado pela modernidade e reformado (MENEZ, 2014; PAIXÃO, 2008).

Além disso, ao nos atentarmos para a caracterização desse espaço e para as entrevistas dos moradores do Morro do Castelo, perceberemos que esse local não era tão perigoso como o Estado e a imprensa julgavam. O Morro era um espaço em que os trabalhadores moravam e se referiam a ele como um espaço seguro, já que era um lugar de construção de estratégias de sobrevivência, tarefa necessária em um contexto tão difícil como as primeiras décadas do século XX no Rio de Janeiro. Era um lugar em que esses indivíduos reproduziam suas memórias, seus laços de sociabilidade, ferramentas necessárias para a sua segurança (PAIXÃO, 2008).

Dessa forma, seguindo a lógica construída ao longo do texto com o auxílio dos autores acionados, a modificação da estética e da memória urbana que teve um dos seus ápices no ano de 1922 com o Centenário da Independência, não considerou como dignas as memórias e sociabilidades que envolviam as classes subalternas. O apagamento dos espaços físicos, que eram parte da formação de classe desses indivíduos, se configura como uma violência simbólica direcionada ao apagamento das memórias representativas dessas classes e de suas estratégias de sobrevivência. A seletividade de memórias se configura ao entorno do contexto, no qual era visível a deturpação da imagem desses grupos e dos espaços que eles frequentavam. Isso era visível nos discursos midiáticos do período, onde os lugares que iriam ser devastados pelas reformas eram constantemente estigmatizados, caracterizados como um atraso ao progresso do país, elementos que necessariamente precisavam ser “limpos” para acompanhar a modernidade (POLLAK, 1989; SAVAGE, 2011; SANTOS, 2006; ROBIN, 2015; PAIXÃO, 2008; MOTTA, 1992).

Referências

CANCLINI, Néstor Garcia. **O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional**. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico*, Rio de Janeiro. IPHAN, nº 23, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7ªed. São Paulo, SP: Editora Ática, 2000.

MENEZ, Alexsandro R. **Civilização versus Barbárie: a destruição do Morro do Castelo no Rio de Janeiro (1905-1922)**. *Revista Historiador*. Número 06. Ano 06. Janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador>. Acesso em 13/07/2022.

MORAES, Antonio C. R.; COSTA, Wanderley M. da. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. 2ªed. São Paulo, SP: Editora Hucitec, 1987.

MOTTA, Marly Silva da. **A Nação faz 100 anos: a questão nacional no Centenário da Independência**. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992.

NORA, Pierre. **“Entre memória e história: a problemática dos lugares”**. Projeto História. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, n. 10. São Paulo, dez.-1993.

PAIXÃO, Cláudia Míriam Quelhas. **O Rio de Janeiro e o Morro do Castelo: populares, estratégias de vida e hierarquias sociais (1904-1922)**. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2008.

POLLAK, Michael. **“Memória, esquecimento, silêncio”**. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, no 3, 1989, pp. 3-15.

RIBEIRO, Fernanda de Azevedo. **A Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil de 1922 no processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro**. *Revista Gestão Universitária*. Disponível em: <http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/a-exposicao-internacional-do-centenario-da-independencia-do-brasil-de-1922-no-processo-de-modernizacao-da-cidade-do-rio-de-janeiro>. Acesso em 13/07/2022.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Campinas: Editora Unicamp. 2015.

ROSA, Alexia de Santana. **Os Crimes do Arquivo Vermelho e a alma encantadora das ruas: a contribuição da mídia carioca na construção do preconceito sócio-geográficos dos moradores do centro do Rio de Janeiro no início do século XX**. 2020. 114f., il. - Monografia (Graduação em História) - Universidade Católica de Petrópolis. Orientação de: Janaina Christina Perrayon Lopes. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1rPK_htwInTgoq8_BOgmHxfcoKF9AtTW/view?usp=s/aring. Acesso em: 13/07/2022.

SANTOS, Milton. ***A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção***. 4ªed. 2ª reimpr. – São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. – (Coleção Milton Santos; 1)

SAVAGE, Mike. **Espaço, redes e formação de classe**. *Mundos do Trabalho*, v. 3, n. 5, 2011.

Alexia de Santana Rosa

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ,
Mestranda em História Social no PPGHIS.
Licenciada em História pela Universidade Católica
de Petrópolis-UCP.

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/2613292174672776>

Artigo recebido em: 13 de julho de 2022.

Artigo aprovado em: 27 de outubro de 2022.